



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 5

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 15 de março de 2024

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Nídia Inácio e Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Feita a chamada das Senhoras e dos Senhores Deputados, entrou-se no último dia de debate sobre a [Apreciação do Programa do XIV Governo da Região Autónoma dos Açores.](#)

Proferiram intervenções finais para encerramento do debate as Sras. e os Srs. Deputadas/os: Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), João Mendonça (*PPM*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), João Castro (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), bem como o Senhor Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

Submetido à votação, o Programa do XIV Governo Regional foi aprovado.

Por fim, foi aprovada a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de março de 2024.**

Os trabalhos terminaram às 12 horas e 04 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo.

Eram 10 horas e 04 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Senhor Secretário, faça favor.

Secretário: Obrigado, Senhor Presidente.

Bom dia a todos.

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luis Melo **Vieira**

João Luis **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José António Marcos **Soares**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota Soares

Maria **Eugénia** Pimentel **Leal**

Nídia Manuela Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias **Matos**

Partido Socialista (PS)

André Filipe **Franqueira** **Rodrigues**

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo** **Tavares**

João Fernando Brum de Azevedo e **Castro**

João **Vasco** do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José **Miguel** de Freitas **Toste**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Miguel Vieira **Leal**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela Costa **Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida e Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Estão presentes 57 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo e Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Determina o nosso Regimento, o artigo 161.º, que o debate do Programa do Governo termina com as intervenções de um deputado de cada grupo ou representação parlamentar e do Senhor Presidente do Governo Regional, que o encerra.

Vamos assim dar início a essas intervenções.

Os tempos para as mesmas já estão espelhados nos nossos ecrãs.

Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves para fazer a sua intervenção.

Deputado Pedro Neves (PAN): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

No ano em que celebramos 50 anos de 25 de Abril, assistimos a um fenómeno de convulsão social que clama, a plenos pulmões, por mudança. É sob este signo de metamorfose que se inicia o novo ciclo legislativo do XIV Governo dos Açores, que tem a seu cargo, juntamente com a Assembleia Regional, a mais honrosa missão da causa pública: defender o maior ativo dos Açores, a sua gente!

Saúdo, por isso, todas as Senhoras e os Senhores Deputados, democraticamente eleitos, que carregam o peso da responsabilidade de desenhar o futuro da nossa Região e da nossa gente, durante os, hipotéticos, próximos quatro anos, com a expectativa de progresso. Assim, desejo um bom mandato aos presentes em prol

do sucesso dos Açores. Durante três dias discutiu-se o que este Executivo entende como a melhor estratégia para a Região.

É pacífico dizer que este não é o Programa que o PAN entregaria a esta Assembleia. Esta não é, na sua essência, a estratégia que o PAN adotaria para sanar os problemas, especialmente os crónicos, da Região num período que se exige de ação para motivar a viragem.

Apraz acautelar que não é salutar a repescagem de velhas práticas, designadamente o vangloriar com iniciativas legislativas da autoria de outros. Todavia, neste momento específico, vemos com bons olhos a inclusão, neste documento, de medidas do PAN, apresentadas e/ou aprovadas durante a legislatura passada. Falo:

- a. Do fim das quotas de avaliação dos trabalhadores da função pública;
- b. Da valorização do trabalho suplementar dos médicos;
- c. Da criação de incentivos à atração e fixação de docentes;
- d. Do rastreio do cancro do pulmão;
- e. Dos incentivos à atração e fixação de profissionais de saúde;
- f. Do incentivo à recolha e valorização do lixo marinho;
- g. Da dignificação e valorização da carreira do Bombeiro, criando o seu estatuto e da revisão das tabelas salariais – bandeiras do PAN;
- h. Sem esquecer que de fonte de inspiração serviram também a semana de quatro dias, bem como o alargamento da remuneração complementar nas carreiras dos funcionários públicos, que o PAN apresentou no Orçamento para 2024, mas que não viu a luz do dia devido a egos feridos e lealdades parcas.

Acontece que, não é suficiente.

As diferenças que afastam o PAN deste Programa são significativas e até dramáticas para a ideologia do PAN, da qual, obviamente, destaco a total ausência de uma estratégia política de combate ativo à emergência climática.

É intuito do PAN avançar com o reconhecimento da emergência climática por esta Casa, cumprindo a proposta eleitoral. Ainda acreditamos ser possível agendar a emergência climática e evitar a radicalização da luta. Faz parte da minha missão enquanto defensor das causas PAN, das causas de todos.

A proteção e bem-estar animal está arredada deste Programa e restrita à realização de campanhas de esterilização e castração de animais de companhia e animais errantes.

Então e os outros animais? Esses são objetificados e espremidos para produzir leite até à última gota, na senda da política regional da monocultura. Esta é a matriz da agricultura nos Açores, de tal ordem que a aposta na autossuficiência alimentar passa pela produção de sorgo e milho.

Também se aposta na aquicultura – só algumas “culturas” são dignas de serem promovidas, só aquelas que podem ser amordaçadas. Pois, o exercício de pensamento, especialmente o crítico, é uma despesa cara à Democracia e a quem nela governa. Está clara a entropia cimentada numa sociedade débil, cujo prognóstico se tenta negar, ainda que a olhos vistos.

Então, a quem serve este Programa? Às mulheres e aos seus filhos não é certamente, que veem na SATA a fuga ao triste fado das ilhas de bruma.

Talvez seja por isso que querem “mandar” a SATA embora, a qualquer custo. Sem aviões ninguém sai, e desta forma combater, à força, a desertificação da Região e a falta de mão-de-obra qualificada, ainda que aos açorianos seja “imposto” o ónus de pagar a respetiva dívida. É altura de repensar as condições da privatização da companhia.

O abandono escolar acentua os níveis de pobreza - sobretudo cíclica, as famílias açorianas perdem os seus lares, o custo de vida avoluma-se, assiste-se a uma subida galopante dos preços da habitação... Mas continuam a apregoar-se amplas soluções, assentes em verbos dúbios como avançar, integrar e prosseguir, exceto no que à massificação do turismo respeita.

Nesse caso, o verbo a empregar é “destruir”. Se o planeamento e organização do turismo vale-se um galardão, já cá cantava a medalha de plástico ou de latão. De plástico chega-nos aquele que habita no Mar dos Açores. Há que combater essa epidemia que constringe todas as formas de vida, destruindo um dos melhores laboratórios vivos do planeta: o nosso mar.

É fulcral proteger o nosso património natural azul, aumentando as Áreas Marinhas Protegidas com recurso ao conhecimento científico de excelência disponibilizado pela Universidade dos Açores, nem que para isso, tenhamos de suprir o parco investimento da República nesta instituição, que eleva e leva o nome dos Açores além-fronteiras.

Não vem mal ao mundo se a Região apostar na atração e fixação de jovens na Região com recurso à sua qualificação por intermédio da UAc.

Aqui chegado, é certo que este documento não acomoda as linhas orientadoras do programa eleitoral do PAN/Açores e, por consequência, as exigências daqueles que votaram no PAN a 04 de Fevereiro. Não tem a visão PAN.

No entanto, embora seja um documento parco em medidas inovadoras e responsivas a todos os sectores da sociedade, descuidando a vivência harmónica entre Pessoas, Animais e Natureza, não é nosso desígnio acender o rastilho da instabilidade política - não é o que o povo quer.

Da análise do documento, vemos que há espaço para o seu melhoramento e o diálogo é a chave. Esta é a postura do PAN/Açores: construir pontes para trilhar o caminho do sucesso. Por isso, abstemo-nos na expectativa de que seja um incentivo à abertura para a implementação de reformas, que devem ser honradas.

No ano em que se comemoram 50 anos de “Abril”, revolta-me que o futuro possa ser o caminho para o passado. Voto para que a Democracia seja livre de instabilidade e autocracia.

Cabe-me a missão de cuidar das pessoas, lutar pelos animais e combater a emergência climática, com o compromisso de honrar a essência do PAN e que nos fez ter um lugar neste Parlamento. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Segue-se o Senhor Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal. Faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores e Excelentíssimos Senhores Membros do Governo, Açorianos:

No passado dia 4 de fevereiro, o povo açoriano, este povo ao qual me orgulho de pertencer e me orgulho ainda mais de representar foi às urnas e foi às urnas em número maior do que o habitual. O que também é relevante.

Decidiram os eleitores uma nova composição deste Parlamento e essa decisão ditou, ao invés do que muitos defenderam e preconizaram, um parlamento igualmente plural, representativo e sem uma maioria absoluta.

Os poderes, sejam eles de que partido forem, mesmo nas sociedades com democracias mais lastradas, tendem a evitar o escrutínio, tendem a refutar limitações à sua ação.

Por cá não é diferente, basta ver como a Região governa por portarias, despachos normativos e até circulares normativas que se revestem de atropelos à Constituição da República Portuguesa e ao Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, sem escrutínio do Parlamento e até mesmo dos órgãos de soberania.

Um Parlamento mais plural, mais representativo e sem maioria absoluta é, certamente, um regime que melhor fiscaliza o próprio regime.

Não se iludam os mais cétricos: só combateremos os populismos e o crescimento dos totalitarismos se resolvermos os problemas das pessoas, caso contrário,

apenas estaremos a contribuir para que os, cada vez mais, descontentes expressem nas urnas o seu desalento.

Os açorianos acorreram às urnas, no passado dia 4 de fevereiro, como já não faziam há muito e não deram uma vitória folgada à coligação de governo que manteve a representação parlamentar que tinha conseguido “cozinhar” depois de 25 de outubro de 2020.

A Iniciativa Liberal acredita nas democracias liberais assentes na soberania do povo, nos princípios do Estado de direito e na separação de poderes, em que os governos resultam de eleições livres e universais, com diferentes opiniões representadas no Parlamento com efetiva proporcionalidade.

Para nós, liberais, os poderes do Estado/Região devem ser limitados, garantindo assim mais autonomia aos cidadãos, seja ela nas escolhas que façam em relação à sua saúde, à educação dos seus filhos ou ao que fazer com os seus rendimentos disponíveis depois de impostos.

Para nós, liberais, o Estado/Região deve ter poderes limitados, por forma a dar mais liberdade aos empreendedores para garantir crescimento económico e, conseqüentemente, desenvolvimento social.

Garantir liberdades individuais envolve respeitar uma série de direitos fundamentais, como a liberdade de expressão, a liberdade de religião, a liberdade de associação, entre outros.

Também significa garantir que os cidadãos tenham acesso a oportunidades iguais e que não sejam discriminados com base em características como raça, género, religião, orientação sexual ou filiação partidária.

Ao promover mais liberdades individuais, os governos, sejam eles de que partido ou partidos forem, podem contribuir para o desenvolvimento de sociedades mais justas, inclusivas e prósperas, onde os cidadãos têm a capacidade de buscar os seus próprios objetivos e viver de acordo com seus próprios valores e aspirações.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Os princípios liberais, assentes em liberdades individuais, contribuíram tradicionalmente e desenvolveram-se ao longo dos séculos para a formação de sistemas políticos e económicos mais justos, mais prósperos e em muitos países que todos conhecemos bem e para os quais os nossos emigram.

Promover mais liberdades individuais implica garantir que os cidadãos tenham maior autonomia e controlo sobre as suas vidas, respeitando os seus direitos fundamentais.

A liberdade de cada um promove-se, também, através do acesso universal a uma educação de qualidade e garantindo que todos têm as mesmas oportunidades, promovendo a liberdade de escolha e garantindo autonomia, bem como diversidade de pensamento nos diversos estabelecimentos e níveis de ensino.

As liberdades individuais promovem-se através de uma economia mais livre de burocracias e com processos mais simplificados.

Menos burocracia promove mais empreendedorismo e combate a corrupção e os *tachinhos!*

O equilíbrio entre a liberdade individual e o bem-estar coletivo é um desiderato das sociedades contemporâneas, pois só uma sociedade com cidadãos mais livres pode ser uma sociedade que se constitua mais justa e onde o Estado interfere menos na vida das pessoas.

É, por isso, imperioso reduzir a ocupação do sistema político e administrativo pelo partido ou partidos do poder. Defendemo-lo em 2020 e continuamos a defender hoje, porque esta não foi a prática dos últimos três anos e meio.

É também imperioso fomentar uma sociedade civil saudável e uma economia livre, onde a cor ou cores partidárias não são vantagem, nem obstáculo. Defendemo-lo em 2020, continuamos a defender hoje, porque não foi isso que vimos acontecer nos últimos três anos e meio.

Continua a ser imperioso, como era em 2020, libertar o investidor e o cidadão da dependência de aprovações administrativas e burocráticas desnecessárias. Mas, por exemplo, a regulamentação do Construir 2030 complicou a vida destas empresas.

Continua sendo imperativo retirar o Estado e a Região Autónoma do comando da economia e do setor empresarial regional, libertando o contribuinte de gestões perdulárias e partidarizadas. Mas ainda falta fazer a verdadeira reforma do Setor Público Empresarial Regional, seja no setor da energia, seja no setor dos transportes.

Continua sendo imperioso desenvolver uma Região mais livre, mais capaz, mais responsável, e menos dependente de ajudas e favores políticos do Estado e da União Europeia e, para isso, falta continuar o trabalho da reforma das instituições autonómicas.

Continua sendo imperioso termos uma Região com um sistema fiscal competitivo, mantendo o limite máximo da redução dos impostos permitida pela Lei de Financiamento das Regiões Autónomas. Mas ainda falta libertar os Açores e os Açorianos de muitas taxas e taxinhas, de impostos indiretos, nomeadamente, a enorme canga que é o imposto sobre os produtos petrolíferos. Hoje, como em 2020, importa lembrar que um euro de imposto representa uma perda líquida de 40 cêntimos de bem-estar.

Continua sendo imperioso um Governo da Região que inverta a trajetória de endividamento dos últimos 40 anos, porque um euro de dívida constituída hoje é um euro de imposto a cobrar amanhã. E as gerações que nos seguirão não têm de viver amarradas às más decisões dos governantes de hoje, nem às dívidas que lhes deixamos, sem o seu consentimento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Hoje, como já era em 2020, continua a ser essencial mudar, de facto, o paradigma.

Na educação, onde continuamos a ser os últimos dos ranking's;

Na saúde, onde continuamos a ser os primeiros nas listas de espera;

Na pobreza e exclusão social, onde nos perpetuamos na cauda do País e da Europa;

Na definição de uma eficiente política de transportes, onde continuamos a ser incapazes de tomar decisões assertivas;

Na defesa intransigente do potencial geoestratégico deste território que dá dimensão euro-atlântica a Portugal, mas sobre o qual deixamos sempre que outros decidam por nós;

No combate ao envelhecimento e à desertificação, onde continuamos a fazer de conta que não são problemas sérios no futuro a médio prazo;

No combate às diversas dependências e novos flagelos psicoativos, que desestruturam famílias e aumentam incidentes sociais, invertendo a política de atirar dinheiro para cima dos problemas, esperando que eles se resolvam por si...

Hoje, como já era em 2020, continua a ser fundamental mudar de política, mais do que mudar de políticos.

Mas o que este Programa de Governo aqui nos apresenta, na senda discursiva que nos foi apresentada pelos vencedores das eleições, é “continuidade”. A proclamação da intenção de “mudança de paradigma” sucumbiu à “continuidade” com políticas do passado que não garantem melhor futuro a esta Região e aos Açorianos.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, para proferir a sua intervenção.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Atingindo o fim do debate do programa de governo, cabe a cada partido assumir o seu lugar na legislatura que agora inicia.

O Bloco de Esquerda tem para os Açores um projeto alternativo ao do programa de governo que esta semana apreciamos.

Dissemo-lo com toda a clareza durante a campanha eleitoral para as eleições de 4 de fevereiro.

Hoje assumimos o compromisso que dizemos durante a campanha.

O compromisso com a construção de uma alternativa para os Açores.

Uma alternativa que responda a quem não tem como pagar a casa e que não encontra resposta neste programa.

Que responda a quem o salário não chega ao fim do mês e não encontra resposta neste programa, nem neste governo.

Que responda a quem trabalha horas sem fim pelo salário mínimo e que não tem resposta neste programa, nem neste governo.

Uma alternativa que esteja ao lado de quem tem vidas precárias.

Uma alternativa que não desista do Serviço Regional de Saúde.

Que defenda a escola pública como garante do futuro dos Açores e da democracia.

Que coloque a cultura e quem nela trabalha em lugar central da política.

Que não adie mais soluções para a continuação da existência de um jornalismo livre e com direitos nos Açores.

Uma alternativa que, no seu programa de governo, não esqueça e muito menos desista da igualdade de género, dos direitos das pessoas LGBTQI+ para garantir a sua sobrevivência política.

Uma alternativa que não desista de uma autonomia económica que a SATA é garante.

Que olhe para o mar como património natural de futuro e de desenvolvimento mas com proteção intransigente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

A estes problemas e a estas prioridades o programa do governo regional falha.

O programa de governo apresenta as mesmas soluções e o mesmo objetivo estratégico de desenvolvimento que foi rejeitado no último orçamento pelos seus parceiros da coligação.

Um modelo que coloca o mercado à frente das pessoas.

Hoje, este governo e este programa só será viabilizado politicamente caso os que o rejeitaram em novembro aceitem as mesmas políticas que então negaram.

Hoje, como em novembro, é da direita a responsabilidade do que resultar deste debate e desta legislatura.

Para que este programa seja viabilizado politicamente é necessário a viabilização dos que se dizem antissistema.

Pelos que exigiam lugares no governo, que exigiam que saíssem do governo o CDS e o PPM e um acordo de governo.

Afinal bastou uma conversa e o Chega abraçou o sistema.

E registamos que o “não, é não”, do PSD afinal significa “entendimento caso a caso” e compra à peça.

Eis as cambalhotas políticas dos últimos meses.

Os Açores e os problemas das pessoas são meros instrumentos para atingir e manter o poder.

Ao Bloco de Esquerda cabe ser a oposição da esperança e de confiança.

De quem não se resigna nem cede ao retrocesso e à boçalidade.

De quem não admite uma região sem futuro, presa a velhos interesses, clientelismos partidários e caciquismos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

É verdade que os Açores têm problemas profundos que resultam da história e de governos anteriores do PS e do PSD também.

As desigualdades, a falta de políticas de habitação, serviços públicos em degradação, territórios esquecidos e uma economia injusta e de baixos salários.

A região mais desigual do país.

Mas este programa de governo é mais do mesmo.

É via aberta para continuar este marasmo que não serve à maioria que trabalha e ao mesmo tempo empobrece.

Escreve o caminho para a machadada final na saúde pública, gratuita e universal que não deixa ninguém à porta.

O programa do governo concretiza a desistência do Serviço Regional de Saúde para alimentar com cheques o setor privado.

Isso, em vez de apostar na valorização das carreiras, criando também novos incentivos a médicos, enfermeiros sem os quais não há saúde.

Mantém um projeto económico que vê no turismo o único motor de desenvolvimento dos Açores, sendo certo que uma economia assente apenas no turismo será sempre precária e com salários baixos.

O programa de governo significará o aprofundar da crise da habitação que convida os jovens a emigrar.

Protege o mercado e a especulação em vez de responder aos problemas das pessoas.

É preciso um plano de emergência para a habitação, que regule as rendas, revolucione os apoios ao arrendamento e crie um plano regional de habitação em que a habitação pública seja a trave-mestra e que diversifique as opções.

No emprego, as soluções que aponta o programa resumem-se a subsidiar empresas por tudo e por nada para que cumpram as suas obrigações para quem trabalha.

O subsídio é a única política do governo na área do trabalho e serve para beneficiar uma dúzia de grandes empresas.

As pequenas, as que não são amigas do poder, como sempre, ficarão para trás.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Nos 50 anos do 25 de abril não desistimos do aprofundamento da democracia, do reforço dos serviços públicos, da igualdade e de defender o ambiente e a cultura.

Não desistimos de justiça na economia, de uma economia qualificada e diversificada.

Onde quem trabalha é respeitado com um salário digno, horário de trabalho que lhe permita ter uma vida boa, com vida familiar e social.

Com direito à cultura, ao desporto e ao lazer.

Que responda ao desafio da crise climática agravada por erros terríveis no ordenamento do território que hoje pagamos caro com danos enormes, como os últimos meses tem demonstrado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Somos uma alternativa de progresso para os Açores.

Disse!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra, pelo PPM, o Senhor Deputado João Mendonça. Faça favor, Senhor Deputado, tem a palavra.

Deputado João Mendonça (PPM): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

Depois de 16 anos, a voz que lidera o PPM neste Parlamento mudou.

Sou o João Mendonça, agricultor da ilha do Corvo. Filho e neto de agricultores.

Sou apenas mais um entre muitos, que aceitou a honra e a enorme responsabilidade de estar aqui.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Aceitei este desafio com humildade. Vou fazer o melhor possível. Só posso oferecer o meu esforço e a vontade de servir o Povo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não serei o melhor dos oradores. Sei disso. Só aceitei estar aqui porque não posso dizer não à minha terra. Ao Corvo. Aos Açores.

Talvez falte à política de hoje o espírito dos lavradores. O espírito prático. O querer fazer. O fazer.

Apanhar as pedras que estão nos caminhos.

Sei que “a necessidade aguça o engenho” e que “nunca se deve deixar para amanhã o que se pode fazer hoje”.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sei que “mais vale uma palavra antes, que duas depois”.

No fundo, as coisas são simples.

Basta ter bom senso.

Os ditados populares são a soma de 9 séculos de aprendizagem do nosso povo.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Veja-se na economia. “No poupar é que está o ganho”. Ou ainda, “quem não tem dinheiro não tem vícios”.

O PS, pelos vistos, nunca ouviu estes ditados.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

Da parte do PS vi aqui “muita parra e pouca uva”.

Não sei qual foi a tabuada que estudaram, mas as contas não batem certo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Por um lado, dizem que o Governo do Presidente Bolieiro é gastador, por outro que falta tudo e mais alguma coisa.

Em que é que ficamos? Ou é gastador ou é poupado.

Ou é uma coisa ou é outra.

O que é escuro não é branco e o que é branco não é escuro.

Ou é ou não é.

Depois dizem-se muito preocupados com o futuro.

Não foi o Dr. Vasco Cordeiro que derrubou o Governo?

Não o quer voltar a derrubar?

Parece que temos aqui um “lobo em pele de cordeiro”.

“Quem não quer ser lobo não lhe vista a pele”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: O PS levou o tempo todo a dizer mal e nunca apresentou soluções.

Assim não.

Aprendam com o povo: “boa fama granjeia quem não diz mal da vida alheia”.

Para mim e para o PPM este Governo merece todo o apoio.

O povo já o deu no dia 4 de fevereiro. E no dia 10 de março.

O povo votou maioritariamente o projeto da coligação porque a economia cresce, o emprego é o maior de sempre e os impostos os mais baixos de sempre.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*) e **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: “Depois da tempestade vem a bonança”. Depois do PS a coligação. Levo muito a sério aquele provérbio que diz:
“Junta-te aos bons e serás um deles.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Junta-te aos maus e serás pior do que eles”.

O PPM vota a favor!

Estamos com os bons.

Viva o Povo dos Açores!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a vez a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, do CDS-PP, para fazer a sua intervenção final.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senho Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Durante estes dias foi discutido o documento que servirá como linha orientadora para os próximos 4 anos, o programa do XIV Governo Regional dos Açores.

Porém as regras democráticas dizem-nos que o programa é primeiro aprovado ou rejeitado, pelo Povo nas urnas.

No passado dia 4 de fevereiro o povo Açoriano que se deslocou às urnas pronunciou-se, de forma inequívoca, sobre o rumo a seguir.

A opção recaiu sobre o projeto político apresentado e protagonizado pela coligação PSD/CDS-PP/PPM, o qual foi materializado sob a forma da Proposta de Programa de Governo, que nos últimos dias esteve em discussão nesta Assembleia.

Este documento expressa mais uma vez o empenho plural, de diferentes partidos, em caminharem juntos pela afirmação de uma mudança em prol dos Açorianos, iniciada em 2020, em alternativa a um governo socialista de 24 anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Estamos, portanto, hoje, nesta Assembleia, mais uma vez, a decidir o futuro dos Açores para os próximos quatro anos.

Durante estes dias debateram-se ideias, medidas e políticas. Muitas matérias importantes para a nossa Região, para as nossas ilhas, que estão plasmadas neste documento.

Documento este, de reafirmação, consolidação e progresso!

Ao longo destes dias algumas das críticas apresentadas, justificando o voto contra, é que se trata de um documento de continuidade, uma “mera continuidade”, afirmam!

Mas senhoras e senhores deputados,

Foi este o rumo que os Açorianos escolheram!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O da continuidade! O da continuidade desta mudança!

Não nos peçam para transformar o nosso no vosso Programa do Governo, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... defendendo medidas, propostas ou políticas que não tenham qualquer correspondência com o programa eleitoral sufragado nas urnas e, dessa forma, quebrar o elo de confiança e compromisso criado entre nós e os Açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Mas este Programa do Governo é o resultado, também, do debate social e político, de muitos contributos dados no período eleitoral, no qual todos participámos, abrangendo, assim, propostas comuns a todos os partidos e atores sociais.

Este Programa do Governo é, assim um programa para todos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E em vez dos pré-anúncios do voto contra, sem sequer conhecerem o documento, em nome da nossa terra, tentemos colocar em segundo plano os interesses partidários, pois são bem menos importantes do bem supremo que nos une: os nossos Açores!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Como disse o Sr. Presidente do Governo, José Manuel Bolieiro, e cito: “Este é o momento de “tratar da confluência de políticas e objetivos que os

distintos programas eleitorais apresentaram aos Açorianos”, esta é a “oportunidade de pôr de lado o acessório divergente e concretizar o essencial convergente”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O que os Açorianos pretendem é menos partido e mais Açores!

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS está comprometido e empenhado na continuidade deste projeto em prol dos Açores agora confirmado.

Neste projeto agora renovado poderão continuar a contar com a nossa postura proactiva, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: ... construtiva e exigente na procura das melhores soluções para os Açores.

A valorização das pessoas continuará a ser um objetivo central, com políticas que promovam a igualdade de oportunidades, o acesso à educação e formação de qualidade, e o apoio às famílias e aos grupos mais vulneráveis.

A consolidação de medidas tão importantes como o Nascer +, as creches gratuitas para todos, os apoios aos alunos do ensino superior, o COMPAMID, o projeto Novos Idosos, ou ainda o alargamento do projeto enfermeiro de família e tantas outras, são essenciais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A inovação de políticas e medidas é fundamental para enfrentar os desafios futuros como o programa de recuperação de listas de espera (O DIAGNOSIS), a entidade gestora do doente em espera ou ainda o passe “Açores 9 Ilhas” ou medidas para os nossos jovens como o pagamento de duas viagens entre os Açores e o local de ensino ou a devolução das propinas e IRS.

A sustentabilidade continua a ser um princípio norteador destes documentos, na senda do que tem sido desenvolvido desde 2020. Razoabilidade e Sustentabilidade: financeira, nas políticas públicas, económicas, sociais e ambientais, é este caminho que pretendemos fortalecer.

Numa sociedade cada vez mais global, em que os desafios são uma constante, é crucial afirmar cada vez mais a Região na Europa e no Mundo. A captação, estímulo e promoção de investimento e o fortalecimento das ligações económicas no contexto global são essenciais ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*) e Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: ... para dinamizar a economia regional e projetar novos pilares de desenvolvimento, evidenciando cada uma das nossas singulares ilhas.

Mantemos a firme convicção de que a Região deve ser vista como um todo, mas sem nunca esquecer o compromisso com cada uma das nossas nove ilhas, que juntas poderão apoiar-se e potencializar-se com vista a concretizar um desenvolvimento harmónico e convergente.

E as medidas, as orientações previstas neste documento concretizam tal desiderato.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Este debate que agora encerramos, decorre num contexto sem precedentes, aos mais variados níveis, e onde as palavras de ordem têm de ser estabilidade, responsabilidade e governabilidade.

Estabilidade é o que os Açorianos exigem de nós. Para além de todas as adversidades geradas pela pandemia, pelas guerras, pela crise inflacionaria o aumento do custo de vida, estão cansados da instabilidade que se gerou na

Região, com a interrupção e adiamento na governação, criando uma crise política com o chumbo do orçamento para 2024.

Responsabilidade é o que os Açorianos esperam de nós, que os representamos nesta Casa. Responsabilidade política, social e conjuntural, assente no espírito do diálogo, da criação de sinergias, do trabalho colaborativo, do interesse comum, para responder aos desafios do presente e do futuro.

Governabilidade é o que os Açorianos ordenam! Que façamos o trabalho que tem de ser feito, o respeito pela sua decisão e a concretização dos seus anseios.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Que seja esse o foco motivador de todos nós!

Os Açores são o nosso desígnio!

Os Açorianos serão sempre, sempre o nosso propósito!

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado José Pacheco, do Chega, para proferir a sua intervenção final.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Senhor Presidente e restante Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo, Açorianos:

Hoje não vos trago um longo discurso, mas trago sim, uma palavra de esperança no futuro, que todos merecemos e bem queremos.

A 4 de fevereiro de 2024, o Povo Açoriano, democraticamente, confiou, e muito bem, no CHEGA, através de 10.266 votos para que fosse a sua voz.

Como resultado desta votação, obtivemos 5 deputados que muito honram esta Assembleia Regional e os Açores.

Também a 10 de março de 2024, este mesmo Povo, o bom Povo Açoriano, ao contrário do que muitos apregoavam ou mesmo maldosamente desejavam, o CHEGA subiu para 16.744 votos e fizemos história ao eleger um deputado para a Assembleia da República que será a voz dos açorianos e que honrará este partido.

A verdade é que a democracia falou e a voz do Povo deve ser respeitada. Não haverá Governo na República sem o acordo do CHEGA, que representa a vontade expressa nas urnas de mais de 1 milhão e 100 mil eleitores. No entanto, alguns líderes partidários entenderam estabelecer uma cerca sanitária à democracia e insistem gritar do alto da sua arrogância: “Não é não!”

Todo este embaraço em que os portugueses se viram envolvidos, a nível nacional, faz lembrar aquela história de alguém que constrói um grande barco dentro de uma garagem, mas quando este fica pronto, não tem forma de o retirar de lá, pois a porta é pequena demais. Resta-lhe apenas como solução, destruir a garagem.

É triste e doloroso termos um país refém da teimosia e vaidade pessoal de alguém. Não há maior vergonha. Montenegro vai ficar na história não como *negro*, mas como Nero que quis queimar uma cidade, para construir outra.

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

O Orador: Neste caso, prefere destruir Portugal, do que reconhecer o erro e caminhar em frente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Aqui, nos Açores, a direita, em 2020, provou que não embarca em teimosias pessoais, nem se deixa enclausurar em cercas sanitárias estabelecidas pela esquerda para se perpetuar no poder. Tal como provamos em 2020, sempre estivemos e estaremos abertos ao diálogo, à conversão e consequente negociação.

Para nós, os Açores são mais importantes do que qualquer vaidade pessoal ou partidária. Se tivermos de fazer alguma cedência, que não coloque em causa os nossos princípios e os compromissos assumidos com os nossos eleitores, estamos prontos para dar este passo em frente a favor da nossa terra. Mas fazemos um aviso à navegação: não nos tentem enganar, porque irão se enganar a vós próprios. Não iremos repetir os erros do passado.

Nós queremos, os açorianos querem e aqui estaremos para o defender. Mais habitação, maior defesa dos idosos, dos nossos agricultores, lavradores, pescadores, dos nossos professores, dos nossos auxiliares. Enfim, para defender os açorianos que gritam há 50 anos pela verdadeira democracia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Felizmente, vimos esta semana por parte do Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores que está de boa-fé e com toda a humildade democrática mostrou abertura ao diálogo para que haja um entendimento político favorável ao progresso dos Açores. Um entendimento que não seja apenas um conjunto de palavras bonitas, mas sim um compromisso tendo por base ações e metas, aquilo que sempre desejamos e sempre defendemos. Não andamos atrás de cargos, não andamos atrás de tachos. Andamos atrás do progresso da nossa terra.

O Senhor Presidente do Governo Regional admitiu a sua disponibilidade para que, através dos instrumentos políticos, legislativos e orçamentais, disponíveis

na ação governativa, haver um entendimento com o Chega, aliás plurianual, no que diz respeito às orientações a médio prazo, que passa por uma negociação anual para cada plano e orçamento.

Foi isto que sempre dissemos e é isso que nós desejamos.

Se assim for, aqui estaremos, Senhor Presidente, para, mesmo sendo uma oposição, e seremos, fiscalizadora e firme, possamos dar este passo em frente, com humildade democrática em prol das nossas gentes e da nossa terra, que são os Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Já se ouve o barulho de palmas nesta Casa.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O nosso voto será no sentido da estabilidade e também da vontade do Povo que pretende que, com alguma fé, que possamos ser um instrumento de esperança no futuro.

Mesmo que isto a muitos incomode, o Chega é sempre parte da solução e nunca do problema desde que haja diálogo e respeito. Uma vez que estas condições finalmente estão reunidas, aqui estaremos para lutar pelos Açores como sempre estivemos.

Aqui estamos, açorianos, para tirar os Açores da pobreza.

E queria terminar dizendo: nunca é demais dizer, em nome de todos, independentemente dos partidos, viva os Açores!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado João Castro, do Partido Socialista, para a sua intervenção final.

Deputado João Castro (PS): Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Senhoras e Senhores Secretários Regionais, Açorianas e Açorianos:

Na primeira intervenção que faço desta tribuna, começo por dirigir uma saudação ao Senhor Presidente da Assembleia e aos distintos membros da Mesa, formulando votos dos maiores sucessos no exercício das suas funções, bem como idêntica saudação a todas as Senhoras e Senhores Deputados que constituem o Parlamento dos Açores.

Saudação extensiva, ao Senhor Presidente do Governo e a todos os membros do XIV Governo Regional. Com votos de que vosso e nosso trabalho seja sempre pautado pelos interesses dos Açorianos,

Enquanto contributo, para a construção, exercício e fortalecimento de uma Autonomia Regional, que jurámos respeitar, no quadro da Constituição da República Portuguesa

O Partido Socialista (re)afirma-se como um Partido de abril, com valor reforçado em tempos do seu cinquentenário, na persecução dos valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade, face aos compromissos assumidos e sufragados pela participação democrática dos cidadãos.

Os açorianos foram claros, no passado dia 4 de fevereiro, atribuindo ao Partido Socialista 23 mandatos neste parlamento, logo a função de maior partido da oposição, na representação dos 35,91% dos eleitores que nos depositaram a sua confiança.

À coligação de partidos PSD/CDS/PPM, que venceu as eleições, ficaram afetos 26 mandatos, em representação de 42,8% dos eleitores, tendo optando por

formar governo, com apoio minoritário, no quadro dos 57 deputados que compõem este parlamento.

É neste contexto que o XIV Governo Regional, solicita a esta Assembleia a aprovação do seu Programa, enquanto condição para o início pleno das suas funções, onde, devem constar as principais orientações políticas e medidas a adotar, no exercício da atividade governativa.

Decorridos três dias de debate, constata-se sobretudo um documento de continuidade, em jeito de relatório e de justificação das opções mantidas até ao momento.

Como se tudo tivesse corrido bem até aqui.

Como se a chegada a este momento, não fosse da única e exclusiva responsabilidade desta coligação, face à situação que criou e em que se meteu, como acabámos de confirmar.

Apresentando, mais do mesmo para os Açores.

Apregoando a humildade democrática, mas praticando a arrogância democrática!

Quando no dia das eleições, o líder do PPD/PSD (e da coligação) fechou as portas a qualquer entendimento, assumindo que “...formaria um governo minoritário...” e que “...não admite outra solução que não esta...”;

Ou mesmo no dia da sua posse o líder do PPD/PSD (e da coligação), reitera a intenção de formar um governo de “...continuidade à via alternativa de governação não socialista...”;

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): E bem!

O Orador: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Para o Partido Socialista, a Coesão dos Açores é uma opção estratégica de intervenção em matéria de políticas com destaque para as áreas económica, social e territorial. Espera-se que estas estejam articuladas e funcionem de

forma convergente, assegurando a sua boa prossecução a bem dos Açores e dos Açorianos.

Para nós, o crescimento económico tem como pressuposto melhorar a qualidade de vida das pessoas, reduzindo disparidades e no caminho da igualdade de oportunidades. Temos, bem sei, perspetivas muito diferentes sobre este assunto. Nós entendemos que as características e dimensão do nosso mercado interno, assim como o acesso aos mercados externos são desafios permanentes, dos quais não nos podemos desviar. Entendemos que é fundamental um modelo de desenvolvimento económico, assente nos princípios da sustentabilidade e da complementaridade da oferta que cada ilha, ou grupo de ilhas, possui.

Passado este tempo, o Governo da coligação ainda não conseguiu definir uma política de transportes concreta. Assume, a genérica premissa, de que “A mobilidade terrestre, aérea e marítima desempenha um papel crucial no desenvolvimento económico e na coesão social dos Açores”. Mas o problema é mesmo esse. É genérica, não desenvolve e não se percebe como se reflete na Região!

A criação de um mercado interno era uma “prioridade estratégica”, O Governo ia aumentar o potencial dos pequenos produtores, a visibilidade e identidade produtiva de cada ilha; Dizia-se, até, que o mercado interno regional, era indissociável do modelo de transportes.

O Governo ia criar um modelo de transporte marítimo, que não foi criado, e que de então para cá, deixou de ser “prioridade estratégica” para passar a uma breve referência: “a promoção de transportes acessíveis e frequentes para passageiros, juntamente com soluções eficientes de transporte de mercadorias”. Ia implementar-se um sistema eficaz de transporte aéreo do pescado, que o faria “chegar rapidamente aos mercados relevantes, a custos competitivos”

O que dizer agora, quando as ilhas das Flores e do Corvo não conseguem escoar peixe fresco para os mercados destinatários, com constrangimentos a

pescadores e armadores, degradando os preços de venda em lota e consequente perda de rendimento.

Quais são as soluções apresentadas no Programa do XIV Governo Regional dos Açores? Não encontramos nada, a não ser respostas vagas. Já nem o avião cargueiro, que foi anunciado como certeza, posto inclusivamente em outdoors, consta das páginas do documento, que nestes três dias debatemos aqui!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Para o Partido Socialista é fundamental desenvolver circuitos logísticos ágeis, capazes de colocar, de forma célere e económica, as produções de cada ilha, as produções de cada uma das ilhas, quer no mercado interno, quer no exterior. O foco deveria estar na utilização e na conjugação de meios de chegada aos mercados, com a celeridade necessária, para acrescentar valor à produção regional.

O Governo pretende implementar uma Agenda para a Economia Circular?

Mas, como é que isso se faz sem haver uma visão de desenvolvimento sustentável e integrado dos territórios, que envolva os vários protagonistas com responsabilidade e atividade local como defende o Partido Socialista?

Não se faz.

Não passará do papel, como não passaram tantas medidas já anunciadas, e agora continuadas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Governo Regional dos Açores esgota a Coesão Territorial na Tarifa Açores. Uma boa medida, já o dissemos, mas que não cumpre, nem de longe, por si, só a Coesão Territorial nos Açores.

Para o PS/Açores, a Coesão Territorial está intrinsecamente relacionada com a capacidade de mobilidade de pessoas e bens, dentro de cada ilha, inter-ilhas e com o exterior, ao contrário do caminho até agora percorrido e que se continua a verificar.

Na Agenda de Governação 2024-2034, o programa eleitoral do PPD/CDS/PPM promete aos Açorianos “Explorar oportunidades para a eventual alocação de navios a operações sazonais entre as ilhas de Santa Maria e São Miguel, bem como Terceira e Graciosa, numa operação ponto-a-ponto, de mercadorias e passageiros”. No Programa do Governo, a intenção já não é a mesma. Passa a ler-se “Explorar oportunidades para a eventual alocação de navios a operações sazonais entre as ilhas de Santa Maria e São Miguel, numa operação ponto-a-ponto, de passageiros e viaturas”.

Persistem assim, algumas questões:

- Porque é que “caíram”, ou deixaram cair, as rotas da Terceira e da Graciosa?
- Porque se anuncia o desvio do “Mestre Feijó”, para as rotas de São Miguel/Santa Maria, quando já sabemos que não terá capacidade de resposta, face à procura já registada?
- Estão salvaguardadas as infraestruturas de fornecimento de energia, nos Portos, onde se prevê a operação dos novos navios elétricos?
- Quanto tempo terá de esperar uma emergência médica, pela recarga, de um navio elétrico?
- Obrigarão os passageiros e viaturas, na rota Velas/Horta, a desembarcar e a embarcar quantas vezes, para que consigam chegar ao seu destino?
- Os novos navios terão autonomia para assegurar a operação que hoje se realiza, nomeadamente numa rota de Velas/São Roque/Madalena/Horta?

Como sabem, o Partido Socialista discorda ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Desceram abaixo do nível 0!

O Orador: ... absolutamente da extinção do transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores e entendemos que essa opção política, que permanece no programa do XIV Governo Regional, comprometeu, compromete e comprometerá, seriamente, a mobilidade dos Açorianos e de quem nos visita, assim como compromete o desenvolvimento e a Coesão no nosso arquipélago. Dizia-se que “Os estudos é que nos diriam o que deveria ser e qual o melhor modelo e mais económico”.

A avaliar pelo que se lê no Programa do Governo, de nada serviu fazer os estudos, porque medidas reais, verdadeiras, que respondam à necessidade das pessoas, dos empresários, ninguém as vê, ninguém sabe delas. Se o Governo sabe, ou não sabe, desconhecemos, porque o lugar onde de facto deviam estar explicitas, seria exatamente neste documento e, efetivamente, não estão! E nós, achamos que deveriam estar!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Em 2020, o Programa do Governo Regional dos Açores anunciava, para o transporte aéreo, a intenção de “Realizar um estudo de sustentabilidade da operação e impacto económico, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Cachalote!

O Orador: ... a possibilidade de alargar a liberalização das rotas para o Faial, Pico e Santa Maria, para além das rotas para São Miguel e Terceira.”

Até agora desconhece-se o resultado desse estudo, e o Programa, ora em discussão, fica-se por uma espécie de constatação de que “Tendo em conta a mutabilidade dos operadores turísticos e empresas de transporte aéreo presentes nos Açores, importa diminuir a dependência da Região em relação aos operadores e rotas instituídas, procurando, permanentemente, a diversificação

dos agentes e das rotas que servem a Região, na linha do esforço que tem vindo a ser realizado pelo Governo” .

Como? Quando? Com quem? Não se sabe, mas o Governo deverá saber, certamente.

Sobre o regime de acessibilidades aéreas à Região, potenciador de Turismo, pouco se diz também, para além de considerações muito genéricas. O mesmo sobre o desafio da sazonalidade e a sua atenuação, o qual se constitui como um dos maiores constrangimentos à atividade dos agentes do sector. As duas medidas apresentadas ignoram total, e absolutamente, a condição dos trabalhadores. Deveriam optar por criar, como defendemos no nosso programa eleitoral, programas de incentivo à diminuição da sazonalidade, bem como adequar as condições de empregabilidade à necessidades do sector.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Não podemos estar de acordo com a linha orientadora, de continuidade, deste Governo Regional. Não concordámos em 2020; não concordámos em nenhum dos Planos e Orçamentos até novembro do ano passado, aqui apresentados, e não vamos concordar com este Programa, que – pelas palavras do Senhor Presidente do Governo, a 8 de fevereiro, foi sufragado pelos açorianos, que votaram na Coligação, mesmo antes de ser apresentado!

A avaliar por algumas dissonâncias entre o Programa eleitoral e o programa de Governo, poder-se-á pensar que a Coligação não disse toda a verdade aos açorianos? Que terão pensado os Agentes Culturais da Região, quando viram que afinal a revisão do Regime Jurídico das Atividades Culturais não consta do Programa, que aqui debatemos, mas constava no Programa Eleitoral do PSD, do CDS e do PPM?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: A degradação das finanças públicas regionais, que levou a dívida da Administração Pública Regional dos Açores, de acordo com o Banco de Portugal, a ultrapassar os 3.159 milhões de euros, no final do terceiro trimestre de 2023, o que representa um aumento de 31% ou de 754 milhões de euros, em apenas 33 meses. A consequência deste expressivo acumular de dívida, num contexto de elevadas taxas de juro, que traduzem um montante de juros superior a 60 milhões de euros em 2024, ultrapassando as receitas de IRC da Região.

Este Programa reserva ao assunto das finanças públicas, duas páginas e meia, autoelogiando-se com afirmações como “A transparência da gestão das contas públicas tem de continuar a ser um desígnio do XIV Governo Regional”

Para o PS, a redução da dívida pública face ao PIB é condição indispensável para o exercício da Autonomia e para melhorar a capacidade do Governo em servir os Açorianos e os Açores.

De forma a controlar o ritmo galopante de crescimento da dívida bruta, a reduzir os elevados défices orçamentais e a recuperar os atrasos nos pagamentos de apoios e de faturas aos fornecedores, o PS/Açores defenderá, para o período 2024-2028:

- uma redução do défice orçamental, convergindo com o limite de 3% do PIB constante do Tratado de Funcionamento da União Europeia;
- promover uma gestão da dívida pública, através de renegociações e reembolsos de dívida sempre que as novas condições de financiamento se revelarem mais favoráveis ou,
- implementar uma Estratégia Macro Orçamental para a legislatura, a aprovar pela Assembleia Legislativa dos Açores, através de Decreto Legislativo Regional.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Para o Partido Socialista, como muitas vezes tem sido defendido, a Política de Educação necessita de ser centrada no aluno e no seu sucesso educativo. Por isso mesmo, não se percebe, porque que o Programa do XIV Governo Regional dos Açores, tenha feito desaparecer o programa PROSUCESSO, criando em sua substituição medidas avulsas, e desarticuladas.

O PS defende que é necessário apostar na formação dos professores tutores, para combater as desigualdades; apoiar as escolas na formação contínua dos seus docentes, nas áreas que considerem mais necessárias, e que não estão a ser atualmente consideradas; combater as taxas de abandono precoce da educação e formação através de uma ação dupla: uma na prevenção, garantindo que a maioria dos alunos conclua a sua escolaridade em 18 anos, e outra, assegurando a manutenção de oferta educativa para quem saiu do sistema; bem como priorizar a qualidade da educação pré-escolar, enquanto preditor de sucesso educativo e instrumento essencial no combate às desigualdades sociais!

Defendemos a atualização e reforço da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social e é com preocupação que não a vemos referida neste Programa, assim como, também é com grande preocupação que, assistimos à subida da taxa de pobreza que (re)posiciona os Açores na cauda do País, tenha neste programa referências demasiado vagas!

O Governo da Coligação entende que alargar o programa “Nascer Mais” a todos os concelhos dos Açores resolve, por si só, a necessidade de um incentivo à natalidade. Nós não entendemos assim!

É necessário reforçar o desenvolvimento de políticas, que promovam o rejuvenescimento populacional, reduzindo assimetrias, promovendo uma verdadeira igualdade de oportunidades, atraindo e fixando pessoas nas nossas ilhas, concelhos e freguesias.

O PS/Açores assume-se como pioneiro no desenvolvimento de políticas sociais que assegurem que ninguém fica para trás.

É indispensável definir um conjunto de políticas públicas, que conjuguem o emprego digno, com uma Região de bem-estar, assente no combate à exclusão, de auxílio aos mais carenciados, de fomento à natalidade, ao equilíbrio entre a vida familiar e profissional, ao envelhecimento ativo e à solidariedade intergeracional, bem como na implementação de políticas e práticas de promoção de hábitos de vida saudável.

Lamentamos que o Governo não demonstre a intenção de reavaliar a criação das áreas marinhas protegidas, em curso.

O processo, não pode, nem deve, ser feito contra os pescadores, ignorando que integrá-los na decisão através da sua participação, e reconhecimento do mérito das opções tomadas, é a melhor forma de garantir a eficácia dessa proteção dos nossos recursos!

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Poderia continuar a acentuar as diferenças entre os projetos políticos. Dispensome de o fazer, porque elas são claras e evidentes, na generalidade das áreas de governação!

Este é um programa mal-organizado, com ideias que se repetem, que se atropelam e que se contradizem. É um programa que parece estar em dieta forçada.

É, direi a este propósito, um Programa que, no que toca à Estratégia do Espaço, parece estar muito mais avançado do que na realidade está, ora vejamos, “Acesso e retorno do Espaço – voos orbitais, voos suborbitais, operações de retorno”, entre outros... esquecem-se de desenvolver, como nós defendemos, um Plano de Implementação para a Estratégia dos Açores para o Espaço que

destaque o potencial do sector espacial na Região e os benefícios para o conjunto da economia açoriana.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Findos que estão estes três dias de debate parece-nos ter ficado explícito (mais uma vez), separam-nos aspetos fundamentais, que se constituem como opções estruturantes de governação.

Findos estes três dias de debate manteve-se a incapacidade do Governo em assegurar qualquer abertura a outras propostas e a outro caminho.

Bem sabemos que aquilo que a Coligação desejava era que o Partido Socialista se submetesse aos seus ditames, para não ferir uma alegada estabilidade, abstendo-se ou, porventura, votando a favor!

Esquecem-se, e nunca é demais relembrar, que quem feriu a estabilidade de governação foi exatamente esta Coligação, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... que agora apregoa a continuidade, que não conseguiu manter os acordos que então tinha, provocando a queda do Governo que apoiava.

O Partido Socialista honrará os seus compromissos e a vontade de todos aqueles que votaram no dia 4 de fevereiro de 2024.

O Partido Socialista é, e será, o maior partido da oposição, nos Açores e é esse lugar que ocupamos e ocuparemos até às próximas eleições legislativas regionais!

Na política, como na vida, cabe a cada um assumir as responsabilidades da sua ação e das suas escolhas.

Nós sabemos, muito bem, onde estamos. Estamos onde os Açorianos quiseram que estivéssemos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem todos!

O Orador: Honraremos esse lugar!

Todos os dias!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

É a vez do Senhor Deputado João Bruto da Costa fazer a sua intervenção em nome do grupo parlamentar do PSD.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Ao final de dois dias de debate sobre o Programa do Governo, e como conclusão sobre este processo regimental e estatutário, podemos retirar duas conclusões.

A primeira é a de que este é o Programa do Governo que os açorianos maioritariamente escolheram para continuar a mudança que tem sido operada nos Açores desde 2020.

A segunda é a de que o Partido Socialista prefere cair nos braços do radicalismo e do extremismo, em vez de aceitar a derrota eleitoral, com humildade democrática e trabalhar para ser uma alternativa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A intervenção que acabámos de ouvir foi a demonstração disso mesmo.

Na intervenção anterior, se reparámos, apenas por uma vez, no início, foram referidas as eleições que ocorreram no dia 4 de fevereiro.

Com o início desta legislatura, na sequência de uma crise política egoísta e dispensável a que os açorianos foram submetidos, o Governo desta Coligação consagra no seu Programa o conjunto de compromissos assumidos com os Açores, somando-lhe identidade aportada dos programas eleitorais dos partidos aqui representados.

O XIV Governo Regional apresenta um Programa reformista, humanista e de respeito pela liberdade de iniciativa dos açorianos.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Programa congrega três anos de experiência de governação com bons resultados e a capacidade de inovar sempre.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Este documento dá continuidade às políticas de sucesso da Coligação PSD/CDS/PPM, sem receio de adotar soluções arrojadas e inovadoras.

A consistência das políticas e a sua duração é que asseguram o sucesso e os resultados.

É a estabilidade política com efeito positivo sobre a dinâmica económica e social e não o poder absoluto a desbaratar oportunidades por manifesta incapacidade de abdicar de dogmas e visões desajustadas da nossa realidade e do nosso tempo.

Não há dúvida: Os Açores estão melhores do que estavam em 2020.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, e Governo:

Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas queremos sempre mais, os Açores querem mais!

É por isso que o Governo da Coligação apresenta novas propostas a acrescentar às já executadas e que têm continuidade, cumprindo o contrato eleitoral subscrito com a maioria dos açorianos.

Vamos manter a ‘Tarifa Açores’ para residentes e avaliar possibilidades para o seu alargamento.

Mantemos a redução dos impostos e das taxas do IVA, do IRS e do IRC, nos limites máximos permitidos pela Lei das Finanças das Regiões Autónomas, e ambicionamos explorar novas competências no domínio fiscal.

Queremos ir mais longe numa política fiscal amiga da economia e não dos impulsos eleitoralistas como no tempo dos governos socialistas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Iremos generalizar o programa “Novos Idosos” e o “Nascer mais” a todos os concelhos dos Açores.

Pretendemos prosseguir com a valorização contínua dos apoios sociais operada desde 2020, ajudando os que mais precisam.

Vamos continuar a promover o equilíbrio entre a vida profissional e familiar, reforçando o número de lugares nas creches e dando continuidade à medida das creches gratuitas.

Continuaremos a valorizar as carreiras dos trabalhadores da Administração Pública Regional, tornando-as mais atrativas, como temos feito desde 2020.

Prosseguiremos com as políticas de reforço dos recursos humanos no Serviço Regional de Saúde e no Sistema Educativo, com incentivos à fixação de profissionais dos setores.

E deixe-me dizer, Senhor Deputado João Casto e ao Partido Socialista, que pela educação, muito mais fizemos nos Açores, nos últimos três anos, do que fez o senhor quando esteve os últimos oito anos ao lado do Governo da República, no continente português. Muito mais se fez!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

E, já agora, permitam-me, um reparo ao programa eleitoral e aquilo que acabamos de ouvir pelo Partido Socialista, é que a escolaridade obrigatória são 12 anos. Não são para cumprir em 18 anos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Era isso que queria também corrigir da vossa visão sobre educação. Vamos manter e reforçar o nosso compromisso com os agricultores por uma política de apoios sem rateios e estudaremos, em diálogo com os parceiros do setor, a criação um Fundo de Garantia para os produtores de leite.

Iremos continuar a apoiar à Universidade dos Açores, pela sua tripolaridade ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: e atividade científica, com montantes que atingiram, em 2023, valores inéditos.

Na formação e na qualificação, nas políticas destinadas aos nossos jovens, e com novas medidas de incentivo, estímulo e apoio, este governo prossegue com uma visão de futuro, com olhar bem atento para aqueles que serão o futuro dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Como disse o Presidente José Manuel Bolieiro no início deste debate, este é um Programa do Governo para todas as famílias, para todas as empresas e para todas as instituições da nossa Região.

Sim, este é um Programa do Governo para todos os açorianos de todas as ilhas.

Sim, este é um Programa do Governo para todos os Açores.

Deputada Délia Melo (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O PS passou a campanha eleitoral a jurar a pés juntos que as grandes medidas deste Governo seriam mantidas por um executivo socialista.

Passadas as eleições de 4 de fevereiro, o Partido Socialista dá o dito por não dito e anuncia o voto contra o Programa do Governo que inclui, nem mais, nem menos, as tais medidas que antes jurava defender.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

E isso é algo que, por mais que alguns assumam um certo desconforto pela precipitação revanchista de anunciar que fosse qual fosse o Programa apresentado o PS votaria contra, ninguém consegue compreender que durante estes dois dias de debate o Partido Socialista tivesse passado a maior parte do tempo a dizer que concorda com muitos dos objetivos incluídos no documento, mas vota contra.

Estamos perante uma repetição do que aqui se passou em novembro último no debate do Plano e Orçamento para 2024.

O PS também votou contra, dizendo que concordava com as medidas propostas. Lembram-se?

Lembram-se do PS dizer, “não se preocupem os funcionários públicos ou os precários covid ou os beneficiários dos apoios sociais”?

Lembram-se do PS dizer que “depois das eleições, lá para junho, aprovamos o Orçamento e recebem com retroativos...”?

Agora já não disseram se é para junho, para outubro ou para quando? É para o ano?

Quando é que o PS vai ser oposição sem ter uma mensagem de extremismo ou de radicalismo do “ou nós ou o caos”?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Essa atitude, senhoras e Senhores deputados do Partido Socialista, é antidemocrática, por parte de um partido que, pelos vistos, não respeita nem valoriza a vontade expressa pelo povo em eleições.

E esta atitude do Partido Socialista é motivada apenas pelo irresistível desejo de impedir este governo de cumprir o mandato dado pelos açorianos, tentando lavar as mãos da elevada responsabilidade que é ter 23 deputados regionais.

Esta tosca tentativa socialista de inverter o ónus das suas responsabilidades, merece que lembremos o que antes dizia o presidente e ainda líder do Partido Socialista, Vasco Cordeiro, e cito: “*O futuro constrói-se não com a força da crítica destrutiva do bota-abaixo permanente, não com a oposição a tudo e a todos, mas sim com a força de um sonho e a vontade de o concretizar*”, fim de citação.

Afinal, aquilo que ontem era uma convicção projetada no íntimo do sonho, passou rapidamente a: - aquilo que eu dizia era... aquilo que eu dizia, mas não aquilo que eu farei. E aliás, o que diria hoje o presidente do Partido Socialista sobre este discurso que acabamos de ouvir do Partido Socialista neste Parlamento, a dizer que vai votar contra, apenas porque sim, porque até tem umas coisas boas, mas nós não queremos que sejam os senhores a executar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Bem sabemos que, por caridade ou complacência, alguns se sentem tentados a ignorar porque é que estamos hoje a votar o programa do XIV Governo dos Açores.

Dissemo-lo aqui, em novembro passado, que apenas por egoísmo e desprezo pelo interesse coletivo, o Partido Socialista promoveu o chumbo do Plano e Orçamento do último ano da legislatura, porque era esse o interesse do calendário eleitoral da sua programada transição de liderança, permitindo ao seu líder ter tempo para ser dispensado para as eleições europeias.

Mas como quem manda nestas coisas é o voto popular, o Partido Socialista chegou a 4 de fevereiro previamente derrotado.

Como se isso não bastasse ao Partido Socialista, o Povo Açoriano disse também agora no último 10 de março que já não quer nada com os socialistas, nem com Vasco Cordeiro, nem com Francisco César.

É este o partido cujo líder dizia ter aprendido a lição dos erros cometidos na governação, uma lição sobre o que era ser oposição, mas como os açorianos disseram que ainda achavam que era pouco a resposta foi: “bem, se é para ir para a oposição, então vou-me embora”.

Quem não merecia estes jogos e tacticismos sempre procurando causar instabilidade era o Povo Açoriano. E sabemos hoje que há muitos socialistas e eleitores socialistas que não se reveem nesta opção radical e extremista dos seus representantes, que até o manifestam publicamente. Talvez até algumas das senhoras e senhores deputados do Partido Socialista no seu íntimo, naquilo que mais importa considerar no atual contexto económico, social e político, achem que este governo deve cumprir o mandato conferido pelos açorianos, em respeito pela escolha do voto, em liberdade e democracia.

Talvez até gostassem, inconfessadamente, de ter aqui também a liberdade de voto para abandonar a teimosia própria de quem ainda permanece, mesmo após duas derrotas eleitorais, a colocar a agenda partidária à frente dos interesses dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Não quero, nesta minha intervenção, colocar maior angústia em algum das senhoras e dos senhores deputados do Partido Socialista, mas aqui, na Casa da Autonomia, não há quem se possa colocar de fora da responsabilidade que tem por mandato dos açorianos. Muito menos socorrendo-se do estafado argumento

de ser do contra apenas por obstinação e radicalismo, porque é isso é que é ser oposição. Não é não, não é, como aliás dizia o próprio Vasco Cordeiro.

Todos nós sabemos ainda melhor o que significa ter um mandato do povo conferido através do voto secreto, livre e democrático. De nada vale atirar de uma forma hipócrita a culpa para outros, pelas frustrações sofridas com a derrota e com uma estratégia errada que prejudicou os Açores durante muitos anos.

Somos nós aqui, neste dia 15 de março de 2024, que vamos fazer uma opção determinante para o futuro dos Açores.

São cada uma das Senhoras e cada um dos Senhores Deputados que têm a responsabilidade de justificar amanhã ao Povo Açoriano a escolha que hoje fazem com o seu sentido de voto no programa do XIV Governo dos Açores.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo, Açorianos:

O processo iniciado em 2020 pela maioria não socialista representada neste parlamento de mudança nos Açores, com a política ao serviço das pessoas, da sua valorização e do cuidado que lhes é devido, e com a consciência do muito trabalho ainda por realizar e dos permanentes desafios que o presente nos impõe, esta mudança foi entendida pelo povo açoriano e pelos açorianos como sendo a melhor para o seu futuro.

O XIV governo dos Açores terá a partir de hoje redobrado trabalho para retomar o percurso interrompido em novembro último.

Mas hoje, também é hoje maior a motivação e a determinação em fazer ainda mais e melhor pelos Açores, porque sabemos que connosco estão a maioria dos Açorianos, e é com eles e com todos que queremos trabalhar.

Disse!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para encerrar o debate, dou a palavra ao Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores.

Faça favor, Senhor Presidente, tem a palavra.

(*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Excelentíssimas Senhoras, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente do Governo, Excelentíssimas Senhoras Secretárias e Secretários Regionais, Açorianas e Açorianos:

Está findo o debate do Programa do XIV Governo dos Açores, apresentado por nós nesta Assembleia, que representa, na medida dos resultados das eleições do passado 4 de fevereiro, o povo açoriano.

Um Programa de Governo é um documento estratégico e orientador. É complexo, porque também é doutrinário, bem como é consequência da validação que recebeu pelo sufrágio eleitoral a que foi submetido.

No nosso caso, com clara aceitação popular e com o encargo de decisão, determinada pelo voto do povo, que, assim, mandataram os seus representantes para cumprirem a sua vontade.

O Programa de Governo que apresentamos emana, pois, como deixei claro na minha intervenção de apresentação, da Agenda para a Década, que recolheu o apoio largamente maioritário do povo açoriano, e, para materializar a caminhada de diálogo que será a nossa governação, tal como determinou, também, a escolha do povo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Assim, acolhe um conjunto de ações que, provindas das propostas eleitorais de outros partidos, acrescentam ao documento, assinalam a nossa boa compreensão dos resultados eleitorais e sinalizam, inequivocamente, a nossa abertura ao diálogo democrático.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sendo estratégico e orientador não detalha nem pormenoriza, antes assume escolhas, já validadas pelos eleitores, define prioridades holísticas e estabelece políticas, que enquadrarão e guiarão o nosso trabalho de governação. Classificá-lo de omissor é, assim, revelador de uma vontade incontida de mal dizer o que está bem ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... para, elevando o drama a propósito do que não está dito, diminuir-lhe, sem qualquer argumento sólido, o valor.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Mas o valor permanece e orgulha-me.

O documento que apresentámos não desvaloriza nada do que é relevante.

Por saber de experiência feito sabemos que só não é controverso o que não é relevante.

Por isso, a sua controvérsia só o valoriza.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP e Governo:
Muito bem! Muito bem!

O Orador: As eleições, de 4 de fevereiro passado, foram uma escolha sobre o futuro dos Açores, feita com base numa Agenda para a Década, que propunha um caminho, aliás fundado na confiança que os resultados do nosso trabalho, designadamente no XIII Governo dos Açores, suscitou nos açorianos.

Os resultados eleitorais foram os que foram.

Para nós foram um incentivo a prosseguir e a trabalhar ainda mais.

Os açorianos confiaram em nós porque viram mérito no nosso trabalho e acharam que seria positivo para os Açores continuarmos, inovando.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Pelo contrário, estranhamente, e sem ligação com a realidade eleitoral, o PS diz que o Programa de Governo, que aqui esteve em debate, não responde nem corresponde aos problemas dos Açores!

Nada mais erróneo!

Para quem sucedeu a governar às maiorias absolutas do PS, pode dizer, como eu digo agora, que um problema difícil é mesmo o PS e a sua tendência, de sempre, para se propor ser dono da verdade.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Esse problema está resolvido! Resolvido pelo povo.

O povo resolveu e declarou, de forma inequívoca, que ao PS não cabe o papel de governar, e de ser dono de tudo e de todos, mas sim o de liderar a oposição, mas se souber.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Lembro, repetindo a ideia, que este Programa de Governo é sucessor fidelizado de um programa eleitoral sufragado pelo Povo, com inequívoco apoio deste, mesmo que mitigado pelo sistema eleitoral que temos. Para nós é cristalino o mandato que cada um de nós recebeu: A coligação para governar e o PS para a oposição.

Não é, pois, aceitável ou adequada, a consideração de que este Programa de Governo não resolve, ou não teve julgamento popular.

Assisti, surpreendido, confesso, a um debate que expôs o Grupo Parlamentar do PS a uma intervenção fortemente cáustica e crítica, tanto à governação que liderámos no XIII Governo dos Açores, como aos resultados sociais, económicos e financeiros alcançados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E este mesmo tom crítico foi dirigido ao Programa do XIV Governo, que sob os epítetos de omissos, mau e incapaz, teve, ainda antes da sua apresentação ao Parlamento, o declarado voto de chumbo pelo PS e pelo Bloco de Esquerda.

O Grupo Parlamentar do PS municiou-se de chumbo e dispara, agora, para todo o lado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Não interpretou o resultado eleitoral; não acatou o mandato, nem a lição recebida.

Prossegue a liderar a aposta que fez na tentativa de ingovernabilidade, à sua direita, nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas não foi isso que o povo decidiu.

Não é isso que o povo deseja para o seu futuro.

O povo deseja responsabilidade e estabilidade.

Cito Adelino Amaro da Costa para dizer que “a moderação, na política, serve-se da mudança, para evitar a rutura”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima) e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós fizemos e faremos esse exercício de moderação, pois a rutura com a nossa sociedade organizada e democrática, implicaria anarquia e atraso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É por isso que garantimos – garanto - que usaremos o mandato que recebemos pelo voto do povo, para continuar a mudança de paradigma de governo nos Açores, mantendo uma postura de responsabilidade, referencial de estabilidade e disponibilidade para o diálogo construtivo.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Aos Açores e aos açorianos declaro: faremos bem, a governação que serve melhor aos Açores, às famílias e às empresas açorianas. Faremos a governação que serve ao presente e ao futuro, quer de curto prazo, quer de médio prazo.

Aos partidos que viabilizarem o Programa do XIV Governo dos Açores, e através desta, a governação, já declarei e volto a declarar a nossa prioridade para o diálogo e negociações concretas para a aprovação dos instrumentos, de planeamento e legislativos, essenciais à governação, e que, dependem deste Parlamento plural.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Quem faz parte da solução merece e justifica, pela legitimidade democrática recebida, abertura para o compromisso.

O futuro é a razão principal de uma governação estratégica.

Os jovens têm um papel indispensável na sociedade.

A opção de governação solidária trata o presente.

De facto, o futuro considera prevalentemente esses e o presente o respeito e a solidariedade para com os seniores.

São os jovens que desafiam constantemente a sociedade para a mudança e para o progresso.

São eles que nos puxam para o futuro.

E para eles temos uma mensagem, um dever e um compromisso.

É o seu desassossego, a sua atração pela novidade, a sua capacidade de criação e sua vocação empreendedora que geram dinâmicas de desenvolvimento, das quais não podemos prescindir nos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O XIV Governo dos Açores vai concretizar uma política de juventude transversal e enquadradora de ações que visam melhor capacitar um maior número de jovens açorianos e fixar mais jovens nas diversas ilhas dos Açores.

Vamos agir para que se reduzam as incertezas que recaem sobre o futuro dos jovens, nas diferentes fases da sua juventude, ajudando-os no desenvolvimento da sua capacitação para se enquadrarem, com sucesso, na sociedade e na economia dos Açores, enfrentarem os seus desafios profissionais com distinção e estabelecerem-se como cidadãos participativos e exigentes.

A globalização, as alterações climáticas, as mudanças tecnológicas, as tendências demográficas e socioeconómicas, o populismo, a discriminação e a exclusão social tornam complexo este desafio, mas cá estamos pelos jovens, com os jovens e em nome do nosso futuro coletivo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Os jovens devem ser arquitetos das suas próprias vidas, mas devem, também, contribuir para uma mudança positiva na sociedade.

O seu presente é mais futuro do que o é para os outros.

Sei, no entanto, que valorizam a solidariedade para com as gerações mais velhas.

E é também, por isso, sensíveis à solidariedade intergeracional, que vamos dar-lhes o espaço que necessitam para libertarem a sua criatividade e o seu espírito empreendedor. Vamos confiar na sua capacidade de decisão e vamos, igualmente, envolvê-los, fazendo-os parte dessa caminhada de desenvolvimento que queremos prosseguir.

Para que todos os jovens possam alavancar as ações deste Governo, elas têm de considerar as suas aspirações, têm de contar com a sua criatividade e com o seu talento para responder às suas necessidades.

Contamos com o seu empreendedorismo.

Os Açores não podem dar-se ao luxo de desperdiçar o talento dos jovens por, ao invés de envolvê-los, excluí-los.

Note-se que os Açores, segundo os Censos, perderam na sua demografia muitos ativos. Entre 2011 e 2021 foram mais de 10.359 pessoas que perdemos na nossa demografia. Década trágica.

O Governo quer assegurar para os jovens modelos de apoio e participação suscetíveis de aproveitar o seu potencial participativo.

O envolvimento e a capacitação dos jovens são, assim, dois dos mais relevantes meios de que a política de juventude do XIV Governo dos Açores usará, para procurar que os jovens açorianos se identifiquem cada vez mais com os nossos valores predominantes da Democracia, da Autonomia e da Açorianidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Promovendo a participação dos jovens na vida democrática nos Açores.

Apoiando o envolvimento social e cívico de todos os jovens, proporcionando-lhes os recursos necessários para que possam ser parte construtiva da sociedade que os acolhe.

Apoiando o seu desenvolvimento e crescimento pessoal como forma de fortalecer a sua autonomia, reforçar a sua resiliência e proporcionar-lhes as competências de vida necessárias para enfrentarem um mundo desafiante e em mudança contínua e disruptiva.

Boas decisões políticas desta nova governação, qualquer que seja a sua área, têm de considerar o seu impacto sobre os jovens, designadamente decisões sobre políticas de educação e qualificação, saúde e desporto, de habitação e de

emprego, de inovação e sustentabilidade ambiental, social e económica que são vitais para a obtenção de bons resultados da política e da juventude, do nosso futuro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A política de juventude que o XIV Governo vai implementar assenta, como ficou dito, nos princípios da participação ativa dos jovens, da sua capacitação e da garantia de igualdade de oportunidades, articulados com outras políticas setoriais, que acabei de sinalizar como exemplos.

Na juventude é mais fácil inculcar a mentalidade pela não discriminação, pela paridade, pela ação climática, pela igualdade de oportunidades, pela inclusão, pelo fim da violência, pela sustentabilidade social ambiental, social e económica.

Queremos dar resposta aos desafios que os jovens dos Açores enfrentam na nossa Região Açores de hoje e no nosso futuro coletivo.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Criaremos as condições que permitam aos jovens desenvolver as suas potencialidades em todas as geografias da nossa Região, isto é, em cada ilha.

Asseguraremos equidade no acesso à educação de elevada qualidade para todos os jovens, com acesso facilitado ao ensino superior e também à qualificação profissional.

Garantiremos o acesso ao mercado de trabalho com oportunidades que levem a empregos de qualidade para todos os jovens.

Asseguraremos o pagamento de duas passagens aéreas gratuitas por ano para os jovens açorianos que estejam a estudar fora da sua ilha de residência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Criaremos o pacote “Mais Jovem”, concebendo um sistema em que os estudantes matriculados no ensino superior no exterior apenas pagarão o valor estipulado pela viagem, de ida e volta, sem necessidade de solicitar reembolsos posteriores.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Avançaremos com medidas de fixação dos jovens açorianos que passam pela devolução do pagamento das propinas e do IRS para todos os jovens que se comprometam a desenvolver a sua atividade profissional nos Açores, até aos 30 anos de idade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Criaremos uma bolsa profissional que facilite o recrutamento dos jovens, por parte das entidades empregadoras, com eventual cofinanciamento comunitário. Considerando a importância da literacia, vamos premiar os jovens que completem 18 anos de idade, com um cheque-aniversário no valor de 100 euros para aquisição de livros, potenciando o hábito da leitura de livros físicos conjugada com o digital.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Sendo objetivo do XIV Governo dos Açores, continuar a política de habitação do XIII do Governo, vamos colocar no mercado, na década que agora se inicia, 2.000 habitações a preços acessíveis, compreendendo novas

construções, reabilitações, cedência de lotes infraestruturados e apoio às cooperativas de habitação. Neste quadro ganha especial realce o apoio que será concedido aos jovens para facilitar-lhes o acesso a uma habitação.

Na sua constituição de família são, igualmente, beneficiários da bem-sucedida aposta na rede de creches gratuitas, bem como do projeto Nascer +.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Como se percebe, a juventude é para o XIV Governo dos Açores sinónimo de futuro de médio e longo prazos e é transversal, por isso a política governativa procurará dar respostas largas às múltiplas necessidades dos jovens, que variam nas diferentes etapas da sua juventude.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

E é, também, uma política ambiciosa, à dimensão dos jovens.

Ambiciosa porque quer responder à imensa ambição da juventude açoriana!

Como ficou demonstrado neste debate, desde logo com a excelência das apresentações de cada um dos membros do Governo, o Programa do XIV Governo dos Açores é parte e formaliza uma visão de década para o presente e para o futuro dos Açores.

Oferece um caminho que dá continuidade às boas políticas que geram bons resultados. É um caminho alargado, pois apresenta novas medidas, que nos conduzirão à consistência dos bons resultados já alcançados e potenciarão os melhores resultados em outras áreas, que deles carecem.

Deputada Délia Melo (*PSD*) e **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

O Orador: O Programa do XIV Governo dos Açores é uma orientação estratégica e de trabalho.

De trabalho do Governo a favor de quem mais precisa.

Mas também a favor de quem, com ambição, quer desenvolver-se e crescer.

O Programa do XIV Governo não é um detalhe ou uma lista de pormenores. É uma referência estratégica.

De uma estratégia para o futuro e com futuro.

De uma estratégia para proteger os mais frágeis e que precisam de ser valorizados.

De uma estratégia que dá esperança aos jovens e a todos os açorianos.

Porque dá espaço ao seu espírito de iniciativa.

Porque promove a solidariedade entre iguais e desiguais.

Porque defende a sustentabilidade e o ambiente.

Porque incentiva a criação de riqueza como via mais eficaz para debelar a pobreza.

Porque valoriza e promove a Açorianidade que nos afirma no mundo!

Confio na sua aprovação parlamentar, para além da já obtida pelo Povo, que dará ao XIV Governo dos Açores plenitude de funções.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Com a entrada em plenitude de funções do XIV Governo dos Açores, iniciarei negociações de viabilização dos principais instrumentos de concretização da governação, desde logo e prioritariamente, com quem viabilizou o Programa do Governo.

Quem votou contra, deseja a instabilidade, colocou-se do lado do problema e não do lado das soluções, onde nós estamos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Essa marca fica inscrita já nesta sessão do Parlamento e com a votação de cada um.

Os Açores justificam!

Os açorianos escolheram!

O futuro exige.

Pela estabilidade;

Pela governabilidade;

Pelo progresso;

Pelo nosso desenvolvimento;

Pela Democracia.

Vivam os Açores!

(Aplausos de Pé dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Presidente do Governo.

Está assim encerrado o nosso debate sobre o Programa do XIV Governo Regional.

Estamos em condições de passar à sua votação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam a favor, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Tem a palavra a Senhora Secretária para o anúncio da votação.

Secretária: O Programa do XIV Governo da Região Autónoma dos Açores é aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a

favor do PPM, 5 votos de abstenção do Chega, 1 voto de abstenção do PAN, 1 voto de abstenção da IL, 23 votos contra do PS e 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Senhoras e os Senhores Deputados, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo, antes de encerrar os nossos trabalhos queria saudar, em nome desta Assembleia, a presença do antigo Deputado Jorge Jorge, que encontra-se a acompanhar os nossos trabalhos, a quem saúdo, em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Proposta de deliberação: A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de março.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se levantar.

Secretária: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Bom dia a todos e bom regresso àqueles que vão regressar às suas casas.

Eram 12 horas e 04 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

CORRESPONDÊNCIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 15 - 03 – 2024

1- **Requerimentos:**

Assunto: Cópia das análises custo-benefício efetuadas para investimentos em empreitadas de obras públicas

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 14

Referência: 54.10.00 – N.º 5/XIII;

- http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque5.pdf

2- **Informações:**

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores com um Voto de Protesto e Repúdio aprovado em Assembleia Geral ordinária realizada em 20 de fevereiro de 2024

Proveniência: Secretariado do Grémio Atlântico – Associação Cívica, Cultural e Solidária

Data de Entrada: 2024 – 02 – 26;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Délia Melo, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 26;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Ruben Cabral, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 26;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Cecília Estácio, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 26;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Francisco Lima, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 26;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Joana Pombo Tavares, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 02 – 28;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Paulo Silveira, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 28;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Francisco Gaspar, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 28;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Deputada do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2024 – 02 – 29;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Joaquim Machado, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 29;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Paulo Gomes, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 05;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Nídia Inácio, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 06;

Assunto: Correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que irá integrar a Comissão Especializada Permanente de Economia, com direito a voto e a

Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sem direito a voto

Proveniência: João Mendonça, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2024 – 03 – 12;

Assunto: Ofício 08/024/MS a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que os seguintes Srs. Deputados irão integrar a Comissão Especializada Permanente de Economia: Adolfo Vasconcelos, Jaime Vieira, Joaquim Machado, Paulo Silveira, Paulo Simões e Ruben Cabral e a informar que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta as candidaturas dos Srs. Deputados Paulo Simões e Paulo Silveira a Presidente e Relator da Mesa da referida Comissão, respetivamente

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 12;

Assunto: Ofício 09/024/MS a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que os seguintes Srs. Deputados irão integrar a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Ana Jorge, Flávio Soares, Francisco Gaspar, Luís Soares e Sabrina Furtado e a informar que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta as candidaturas dos Srs. Deputados Flávio Soares e Luís Soares a Presidente e Relator da Mesa da referida Comissão, respetivamente

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 12;

Assunto: Ofício 11/024/MS a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que os seguintes Srs.

Deputados irão integrar a Comissão Especializada Permanente de Política Geral: Carlos Rodrigues, José António Soares, Maria Eugénia Leal, Paulo Chaves e Paulo Gomes e a informar que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta a candidatura do Sr. Deputado Paulo Gomes a Secretário da Mesa da referida Comissão

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 12;

Assunto: Ofício 12/024/MS a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que os seguintes Srs. Deputados irão integrar a Comissão Permanente: Délia Melo, Jaime Vieira, João Bruto da Costa, Luís Raposo, Paulo Gomes e Salomé Matos e a informar que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta a candidatura do Sr. Deputado Jaime Vieira a Relator da Mesa da referida Comissão

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 12;

Assunto: Correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que irá integrar a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com direito a voto e a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais sem direito a voto

Proveniência: António Lima, Representação Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2024 – 03 – 12;

Assunto: Ofício Gp11-XIII com indicação remetida a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores dos Deputados do Grupo Parlamentar para as Comissões Especializadas

Permanentes da ALRAA: Comissão Permanente: Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto; Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais: Catarina Cabeceiras; Comissão Especializada Permanente de Política Geral: Pedro Pinto bem como a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, esta última sem direito a voto

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2024 – 03 – 12;

Assunto: Ofício S/009/2024/XIII a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os nomes dos Srs. Deputados que integrarão as Comissões Especializadas Permanentes da ALRAA: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Berto Messias, Lubélio Mendonça, José Ávila, André Rodrigues e Joana Pombo Tavares; Comissão Especializada Permanente de Política Geral – José Eduardo, Isabel Teixeira, João Vasco Costa, Andreia Cardoso e Mário Tomé; Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais – Sandra Costa Dias, Russel Sousa, Marta Matos, José Toste, Lúcio Rodrigues e Dora Valadão; Comissão Especializada Permanente de Economia – Carlos Silva, Gualberto Rita, Luís Leal, Patrícia Miranda e Marlene Damião

Proveniência: João Fernando Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 12;

Assunto: Ofício S/010/2024/XIII a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os nomes dos Srs. Deputados que integrarão a Comissão Permanente da ALRAA: João Castro,

Andreia Cardoso, André Rodrigues, Joana Pombo Tavares, Berto Messias, João Vasco Costa, Carlos Silva e José Ávila

Proveniência: João Fernando Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 12;

Assunto: Ofício S/011/2024/XIII a apresentar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a candidatura e aceitação do Sr. Deputado José Ávila a Secretário da Mesa da Comissão Permanente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: João Fernando Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 13;

Assunto: Ofício S/012/2024/XIII a apresentar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores as candidaturas e as declarações de aceitação da Sra. Deputada Sandra Costa Dias e do Sr. Deputado Russel Sousa a Presidente e Relator da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, respetivamente

Proveniência: João Fernando Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 13;

Assunto: Ofício S/013/2024/XIII a apresentar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores as candidaturas e as declarações de aceitação do Sr. Deputado José Gabriel Eduardo e da Sra. Deputada Isabel Teixeira a Presidente e Relatora da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Política Geral, respetivamente

Proveniência: João Fernando Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 13;

Assunto: Ofício S/014/2024/XIII a apresentar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a candidatura e a declaração de aceitação da Sra. Deputada Joana Pombo Tavares a Secretária da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Proveniência: João Fernando Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 13;

Assunto: Ofício S/015/2024/XIII a apresentar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a candidatura e a declaração de aceitação da Sra. Deputada Patrícia Miranda a Secretária da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Economia

Proveniência: João Fernando Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 13;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a nomeação de Reinaldo Soares de Arruda para o exercício de funções de Assessor do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 13;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a apresentar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a declaração de aceitação a Relator da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Proveniência: Luís Soares, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 14;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a apresentar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a declaração de aceitação a Presidente da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Proveniência: Flávio Soares, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 14;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a apresentar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a declaração de aceitação a Secretário da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Proveniência: Paulo Gomes, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 14;

Assunto: Ofício informando Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 14 de março de 2024, se procedeu à eleição da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo ficado assim constituída: Presidente – Deputado Flávio Soares (PSD); Relator – Deputado Luís Soares (PSD) e Secretária – Deputada Joana Pombo Tavares (PS)

Proveniência: Flávio Soares, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CAPADS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 14;

Assunto: Ofício informando Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 14 de março de 2024, se procedeu à eleição da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Política Geral, tendo ficado assim constituída: Presidente – Deputado José Eduardo (PS); Relatora – Deputada Isabel Teixeira (PS) e Secretário – Deputado Paulo Gomes (PSD)

Proveniência: José Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral (CPG)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 14;

3- Diários:

São aprovados nesta Sessão Plenária o Diário n.º 126 e a Separata n.º 43/XII.

A redatora, Sara Azevedo